

A Expansão Geopolítica Chinesa no Atlântico Sul e suas Implicações para o Brasil

DOI: [10.29327/2283050.14.4-5](https://doi.org/10.29327/2283050.14.4-5)

Mario A. Santos¹

Resumo

O século XXI é palco de uma reconfiguração do tabuleiro geopolítico mundial, contexto no qual o Atlântico Sul vem se tornando um eixo marítimo de grande relevância por razões de ordem geoeconômica diversas. Assim, a China, que já se caracterizava pela acentuada presença na África, vem ampliando sua área de influência no Atlântico Sul. Entretanto, esta expansão geopolítica tende a se chocar com os interesses brasileiros na região, dado o Brasil vislumbrar o Atlântico Sul como parte de seu entorno estratégico, devendo empreender esforços quanto à dissuasão de potências extrarregionais na região. Isto posto, cabe investigar, mediante a utilização de uma metodologia qualitativa, a expansão geopolítica chinesa no Atlântico Sul e pretensas implicações concernentes à projeção de poder do Brasil na região.

Palavras-Chave: Expansão Geopolítica; China; Atlântico Sul

CHINA'S GEOPOLITICAL EXPANSION IN THE SOUTH ATLANTIC AND ITS IMPLICATIONS TO BRAZIL

Abstract

The 21st century addresses a reconfiguration in the global geopolitical arena, a context in which the South Atlantic is becoming a maritime axis of paramount importance due to a panoply of geoeconomic issues. Hence, China, known by its remarkable presence in Africa, is broadening its zone of influence in the South Atlantic. Nevertheless, China's geopolitical expansion bounds to clash with Brazilian aspirations in the region given that Brazil usually reasons the South Atlantic as part of its strategic environment thereby should engender efforts in order to provide for an extraterritorial power politics deterrence in the region. That said, it is proposed, under the light of a qualitative approach, an inquiry on China's geopolitical expansion in the South Atlantic and its possible implications concerning Brazil's power projection in the region.

Keywords: Geopolitical expansion; China; South Atlantic.

LA EXPANSIÓN GEOPOLÍTICA CHINA EN EL ATLÁNTICO SUR Y SUS IMPLICACIONES PARA BRASIL

Resumen

El siglo XXI es el escenario de una reconfiguración del cuadro geopolítico global, contexto en el que el Atlántico Sur se ha convertido en un eje marítimo de grande relevancia por diversas razones geoeconómicas. Así, China, que ya se caracterizaba por su fuerte presencia en África, ha ido ampliando su área de influencia en el Atlántico Sur. Sin embargo, esta expansión geopolítica tiende a chocarse con los intereses brasileños en la región, dado que Brasil vislumbra el Atlántico Sur como parte de su entorno estratégico, y debe emprender esfuerzos para disuadir a las potencias extrarregionales en la región. Dicho esto, vale la pena investigar, utilizando una metodología cualitativa, la expansión geopolítica china en el Atlántico Sur y las supuestas implicaciones sobre la proyección de poder de Brasil en la región.

Palabras clave: Expansión geopolítica; China; Atlántico Sur.

¹ Mestre em Relações Internacionais (PPGRI-UERJ); Doutorado em Relações Internacionais - IRI / PUC-Rio e em Ciências Militares - PPGCM / ECEME.

Introdução

Em primeiro lugar, cabe destacar que a opção por investigar a expansão geopolítica chinesa no Atlântico Sul e os variados aspectos que esta tende a implicar, sobretudo no que diz respeito à posição do Brasil na região, deriva da intenção de demonstrar que a estratégia marítima e objetivos geoeconômicos chineses não se reduzem única e exclusivamente ao Mar do Sul da China. Por vezes, acerca da presença e interesses chineses no Atlântico Sul não se identifica considerável quantitativo de estudos e pesquisas que apontem essa expansão geopolítica chinesa na região.

De forma análoga, o presente estudo reforça a tese de uma revalorização geopolítica e geoeconômica do Atlântico Sul, que pode ser vislumbrada sob diversas óticas, tais como segurança e defesa (dissuasão, militarização, segurança marítima), geopolítica clássica (poder marítimo), tecnologia (cabos submarinos, interconectividade, redes de dados e 5G) e geoeconomia (busca por recursos minerais estratégicos, comércio mundial, via de comunicação).

Isto posto, a primeira parte do artigo destina-se a traçar um panorama sobre o tema e ressaltar conceitos operatórios importantes que o embasam. Em seguida, propõe-se abordar o contexto geoeconômico chinês a partir do início do século XXI e os supostos condicionantes a motivar a expansão geopolítica chinesa em direção ao Atlântico Sul. Na terceira parte do artigo enfatiza-se o espaço sulatlântico e o processo de construção social deste, que parece ensejar uma reconfiguração do tabuleiro geopolítico na região. Por último, mas não menos importante, procura-se abordar como o Brasil se insere nesta dinâmica, tendo em vista seus respectivos interesses geopolíticos no Atlântico Sul e possíveis impactos causados pelo acentuado crescimento da presença chinesa no espaço sulatlântico como um todo.

1. A CONTEXTUALIZAÇÃO DA EXPANSÃO CHINESA

Interesses geopolíticos e geoestratégicos, impulsionados pelo lançamento da *Belt and Road Initiative* (BRI), vieram a tornar mais assertiva a política externa chinesa no século XXI, mais engajada no sistema internacional e influenciando e sendo influenciada por este. Não obstante, o atual século assiste a uma mudança significativa na reconfiguração dos eixos de poder mundiais, contexto este em que,

paulatinamente, o Atlântico Sul vem se tornando um eixo marítimo de grande relevância no cenário mundial.

Detentor de grande quantidade de recursos naturais estratégicos (petróleo, gás e outros) de suma importância para o desenvolvimento econômico dos países e para impulsionar a transição energética no Sul Global; importante rota de intercâmbio comercial mundial e via de comunicação marítima; vislumbrado como espaço de projeção de poder e zona de influência de países, a exemplo de Brasil, EUA e, mais recentemente, China; espaço essencial para a construção e implementação de redes globais de comunicação, via cabos de fibra ótica submarinos que são responsáveis pelo desenvolvimento da economia digital, são algumas das particularidades do Atlântico Sul que vale a pena ressaltar.

Nesse contexto, a China, que já se caracterizava pela acentuada presença na África, seja via promoção comercial, presença militar crescente, investimentos múltiplos e cooperação em termos de defesa, vem ampliando sua área de influência no Atlântico Sul mediante a construção de diversos projetos de infraestrutura conectiva nos países limítrofes – sobretudo portos e canais de escoamento de produção –, ao mesmo tempo em que busca insumos essenciais para a manutenção de seu desenvolvimento interno e expansão da Belt and Road Initiative (BRI), que completa, em 2023, dez anos de implementação.

Entretanto, esta expansão geopolítica chinesa na região atlântica é vista com ressalvas tanto por parte dos EUA, que encaram a presença chinesa no Atlântico Sul como uma ameaça aos seus interesses e vislumbram uma tendência à militarização na região, quanto por parte do Brasil, que tem o Atlântico Sul como seu entorno estratégico, devendo empreender esforços no que tange à dissuasão de potências extrarregionais em seu espaço de influência, segundo preceitos explicitados nos documentos de defesa brasileiros (BRASIL, 2020).

Este cenário traz a necessidade de se adotar dois conceitos operatórios essenciais para o embasamento deste artigo, quais sejam: a Geopolítica Clássica e os Estudos de Segurança. Em primeiro lugar, a Geopolítica propicia uma forma de se perceber o mundo na qual a ênfase se encontra na exploração e explicação do papel desempenhado por fatores geográficos – localização territorial e acesso a recursos, por exemplo – na modelagem da política nacional e internacional

(BAYARDO et al, 2019). Ademais, “as a social construct, Geopolitics provides a justification for national interests in the international stage determining how the world should be and what the role of world powers should be” (BAYARDO et al, 2019, p. 9).

Por outro lado, a perspectiva teórica dos Estudos de Segurança sob a ótica da Escola de Copenhague fornece um arcabouço importante para situar a securitização energética chinesa, bem como, no que diz respeito às aspirações brasileiras no Atlântico Sul, tomado como um objeto referente no discurso do governo brasileiro. Desta forma, securitizar algo significa fazer com que este objeto seja encarado como uma ameaça existencial que venha a demandar medidas emergenciais em sua condução, justificando, assim, ações de excepcionalidade (BUZAN et al, 1998).

2. GOING OUT STRATEGY CHINESA E O DILEMA DA ENERGIA

Marcante na atual conjuntura mundial vem sendo o acentuado e rápido crescimento chinês, tornando o país um dos mais importantes *players* mundiais nos aspectos econômico, financeiro, comercial, militar, político e tecnológico. Tal crescimento e assertividade chinesa têm raízes na mudança da estratégia de inserção internacional do país, que de uma situação de relativa estabilidade e baixa aderência (*Tao Guang Yang Hui*), que se caracterizava por um ambiente pacífico e de sucesso econômico, passa para uma de altíssima aderência e proatividade no cenário internacional (*You Suo Zuo Wei*), que se caracteriza por uma política externa de grande proatividade (XING, 2016).

Em 2001 a China é aceita na OMC. Em 2008, assume o papel de maior credor mundial. Em 2013, lança a BRI. Mais recentemente, vem liderando esforços em prol do desenvolvimento mundial da economia digital, tendo como importante ferramenta a *Digital Silk Road* (DSR), braço digital da BRI. Durante a pandemia, e tornando-se mais acentuada ao fim desta, por intermédio da *Health Silk Road* (HSR) a China não somente engendrou diversos acordos de cooperação visando o desenvolvimento da telemedicina como contribuiu com o fornecimento de vacinas para diversos países (BAUMANN et al, 2022). A se destacar, também, investimentos e empréstimos chineses no exterior para fortalecer a chamada *Green Belt and Road Initiative* (GFDC, 2021).

Como resultado desse vertiginoso e contínuo crescimento vêm se elevando, de forma acentuada, as necessidades enérgicas chinesas, o que representa um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento e expansão do país tanto em âmbito doméstico quanto externo. Tendo em vista os grandes avanços da economia chinesa, crescentes necessidades vêm sendo geradas, as quais tornam a questão enérgica algo bastante sensível, sobretudo no que tange a dependência pela importação de petróleo, que cresce no mesmo nível do desenvolvimento chinês².

O contínuo crescimento das importações chinesas de petróleo, que mais que dobra no período de 2010 a 2021, apesar de uma ligeira queda em 2021, corroboram a tese de que a energia começa a ensejar preocupações cada vez acentuadas por parte de Pequim, tornando-se uma ameaça existencial (BUZAN et al, 1998) para o país. Para Klare (2008, p. 483):

To the array of significant forms of security that command the attention of policymakers and citizens around the world – among them national security, international security, human security, economic security, and environmental security – has now been added another pressing concern: energy security. A term almost unheard of outside the specialized analytical community until just a few years ago, energy security now figures prominently in the policy discourse of major government officials.

É no âmbito dessa percepção da singular importância da energia no funcionamento de uma economia em constante expansão que a concepção de alocar a energia no espectro da segurança se desenvolve, tornando-se recorrente a securitização da energia. Na China do século XXI essa demanda tende a crescer exponencialmente, visando equacionar os requerimentos internos chineses no que tange à modernização de províncias que, até o fim do século passado, ainda não estavam inseridas no processo de modernização/desenvolvimento do país.

Analisando o caso chinês, Urrejola (2018) assevera que assegurar a energia é prioritário para que os índices de desenvolvimento chineses, pautados em processos produtivos industriais e comerciais, possam vir a se manter elevados e estáveis, sobretudo tendo em vista que uma parcela cada vez acentuada da população chinesa deverá migrar para áreas urbanas no intuito de buscar melhorias na qualidade de vida, vislumbrando o acesso a políticas públicas de saúde e educação, assim como moradia e emprego. Desta forma, no intuito de equacionar

² Em 2017 a China se torna o maior importador de petróleo mundial. Por outro lado, passa a responder por cerca de 28% do total das emissões de gás carbônico, assumindo o posto de maior emissor mundial.

essa crescente demanda, a China necessita aumentar a oferta e o acesso estável a fontes de energia, bem como incrementar e acesso a recursos naturais estratégicos intra/extraterritoriais, garantindo o acesso a alimentos e mercados consumidores de bens *Made In China*.

Constata-se que a segurança energética chinesa se insere na dimensão da política externa do país, tendo como objetivo primordial o estabelecimento de laços com países fornecedores de insumos energéticos, o que justifica investimentos externos em infraestrutura conectiva em tais países, bem como será uma das razões a motivar uma expansão geopolítica (KLARE, 2008). Destarte, incertezas quanto à obtenção de recursos energéticos futuros para o preenchimento das necessidades estratégicas chinesas estão na ordem das preocupações de Pequim.

Nesse contexto, pode-se identificar uma expansão geopolítica chinesa em direção ao eixo em que os recursos energéticos possam ser obtidos em maior quantidade, inserindo-se na estratégia de mudança destacada por Klare (2008) em direção ao Sul Global. Para tanto, a diplomacia energética chinesa empreende esforços cooperativos no continente africano, sobretudo os países limítrofes ao Atlântico Sul – espaço dotado de grande quantidade de recursos naturais estratégicos (petróleo, gás e outros) e de enorme importância para os interesses chineses.

Em adição, não se deve negligenciar o fato de que, no caso da política externa chinesa, essa expansão geopolítica leva em seu bojo um forte componente militar, como será abordado ao se analisar a importância do Atlântico Sul.

3. ATLÂNTICO SUL: REVALORIZAÇÃO GEOPOLÍTICA E PRESENÇA CHINESA

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que no decorrer das duas primeiras décadas do século XXI, o Atlântico Sul passa a adquirir uma acentuada relevância no cenário geopolítico mundial devido a novos ou renovados interesses de atores inseridos ou não neste espaço marítimo. Isso tem ocasionado mudanças nas estratégias marítimas dos atores de modo a vislumbrar o espaço sulatlântico como locus de recursos naturais estratégicos e área de importância econômica (ABDENUR e MARCONDES, 2013).

Neste sentido, uma análise do atual tabuleiro geopolítico mundial parece indicar que a tendência no cenário internacional é a disputa pelo controle de recursos naturais estratégicos tais como cobalto, ferro, manganês, urânio, nióbio, grafeno, petróleo e outros. Segundo Brozowski e Padula (2016, p. 98):

Hoje é possível identificar dois movimentos essenciais e determinantes da dinâmica da geopolítica mundial. O primeiro, que vem se verificando desde a segunda metade do século XX, consiste na adoção, por parte dos países centrais, de uma política externa voltada especialmente para o controle de áreas ricas em recursos naturais estratégicos, tornando a política de segurança energética seu principal determinante. O segundo movimento corresponde à recente ação de grandes potências e alguns países emergentes no sentido de assegurar o domínio de zonas mineiras oceânicas.

De forma inequívoca, as potencialidades presentes no Atlântico Sul vêm contribuindo para que o espaço sulatlântico seja visto como uma importante zona de projeção de poder, não apenas devido à expressiva quantidade de recursos energéticos que possui, mas também pelo fato de ser uma importante via de comunicação e de intercâmbio mundial.

De acordo com Duarte (2016), a descoberta de importantes jazidas de petróleo, gás natural e de outros recursos naturais de alto valor econômico, aliado a preocupações no que tange à segurança alimentar, ensejam razões para que países como a China tenham interesses na região. Ademais, ressalta Couto (2012, p. 242) que:

No Atlântico Sul situam-se três das principais charneiras do Mundo: a do Cabo da Boa Esperança, pela qual se faz a circulação marítima entre o Atlântico e o Índico; a do Canal do Panamá, sob custódia dos EUA; e a do Estreito de Magalhães, na extremidade sul, que liga o Atlântico ao Pacífico.

Tendo em vista a importância dos recursos energéticos presentes no espaço sulatlântico, a expansão chinesa na região tem por base iniciativas que visem a defesa dos interesses chineses, razão pela qual começam a se fazer presentes a instalação de bases militares na região, justamente nos países que mais recebem investimentos da China e que ocupam posições bastante estratégicas no lado africano do Atlântico Sul.

Outros países africanos são palco de pesados investimentos chineses nos setores de infraestrutura³ (portos, estradas, canais de escoamento, energia, educação), fazendo com que a China aumente seu capital político e influência na região, contrabalanceando e mesmo reduzindo a influência norteamericana no espaço em que antes os EUA pareciam reinar de forma absoluta.

Importante ressaltar que a crescente presença chinesa no Atlântico Sul fornece indícios de uma reconfiguração do tabuleiro geopolítico na região, haja visto a redução da influência norteamericana. Por outro lado, o aumento da presença do componente militar gerado pela instalação de bases militares no Atlântico Sul contribui para o crescimento da militarização no espaço sulatlântico.

Sem embargo, esse aumento da militarização no Atlântico Sul corrobora a estratégia que tem como base a modernização e reforço do poder naval, visando garantir a observância dos interesses chineses na região. Neste sentido, cabe citar o desenvolvimento de uma *Blue Water Navy*, privilegiando o poder marítimo como vetor de projeção chinês no espaço sulatlântico, que por ser uma importante via de comunicação marítima e de intercâmbio mundial, deve ser resguardado (DUARTE, 2016).

Não coincidentemente, e como parte da política chinesa que privilegia o mar como vetor de projeção, observa-se a estratégia de investimentos em obras de infraestrutura portuária em diversos países. Detalhe importante a ser mencionado é que o Atlântico Sul também atende aos interesses chineses de projeção na Antártida, sendo a melhor rota marítima para a conquista do continente. Há, inclusive, indícios de que os interesses chineses na Antártida não sejam apenas de cunho científico, mas sobretudo visando prováveis riquezas que venham a ser descobertas no continente (DUARTE, 2016).

Observa-se que a presença chinesa no Atlântico Sul abrange aspectos econômico, político, tecnológico e energético, e perpassa os níveis quantitativo e qualitativo, corroborando a tese segundo a qual a influência chinesa no espaço sulatlântico vem sobrepujando a norteamericana. Segundo Duarte (2016, p. 113):

³ Identifica-se ao longo da última década o montante de U\$34 bilhões investidos por empresas e bancos chineses no continente africano, com destaque para República Democrática do Congo e Zâmbia (Poder 360, 2022).

Ao longo da última década, a presença chinesa no Atlântico Sul tem crescido ao nível quantitativo, através da expansão do comércio e investimentos na/com a região, bem como na diáspora da comunidade chinesa na América Latina e África, como também ao nível qualitativo, ou seja, alargando a sua intervenção a outros domínios além da economia, como a política e a segurança. Do ponto de vista energético, o Atlântico Sul é, para a China, mais uma peça-chave na sua estratégia de securitização do aprovisionamento energético (...) Todavia, é no Atlântico Sul – onde estudos recentes apontam para a descoberta de fontes energéticas promissoras – que estão situados alguns dos fornecedores de petróleo mais importantes para a China, como Angola, Nigéria, Guiné Equatorial, República do Congo e Sudão, além de outros abastecedores menos relevantes, mas onde, apesar de tudo, Pequim tem vindo a aumentar os seus investimentos, como Gana, Libéria, ou Gabão.

Essa perda de influência norteamericana no Atlântico Sul é uma percepção corroborada pelo próprio governo dos EUA, que em 2008, meses após o anúncio da descoberta das reservas do pré-sal na região, relança a IV Frota Sulatlântica. Em adição, cabe ressaltar que um ano antes, em 2007, preocupados com a crescente influência chinesa na África, os EUA anunciam a criação do *US Africa Command* (AFRICOM) (PEREIRA, 2016).

Analisando as medidas adotadas pelos EUA no âmbito do Atlântico Sul em face do aumento da presença chinesa na região, Sandoval e Silva (2017, p. 68) apontam:

Pode-se inferir que tanto a 4ª Esquadra quanto o AFRICOM convergem a alguns objetivos comuns, como: contrabalançar a influência de outras potências, principalmente chinesa, na África e na América do Sul; reorganização administrativa das Esquadras, reafirmar a hegemonia dos EUA, como um “simbolismo” direcionado aos governos com viés anti-estadunidense dessa região; incrementar a segurança marítima do Atlântico Sul; e manter seu status de única superpotência dentro do SI.

Por fim, sobre a expansão geopolítica chinesa no Atlântico Sul cumpre ressaltar que com o acentuado desenvolvimento tecnológico nos setores de comunicações e digital a região representa para a China ainda um importante vetor de interconectividade e palco de maciços investimentos na construção e implementação de cabos submarinos de fibra ótica. Recentemente, o consórcio chinês liderado pela *Huawei Marine Co* inaugurou o *South Atlantic Inter Link (SAIL)*, cabo submarino de fibra ótica com cerca de 6.000 Km de extensão ligando a cidade de Kribi (Camarões) à Fortaleza. Iniciativa desenvolvida no âmbito da DSR, o SAIL tem por objetivo tornar mais eficaz a comunicação de dados entre os continentes e faz parte dos esforços chineses de implementação das redes de intercomunicação de quinta geração, o chamado 5G, tendo a *Huawei* como principal empresa no setor.

4. ATLÂNTICO SUL: PARTE DO ENTORNO ESTRATÉGICO BRASILEIRO

No tabuleiro geopolítico do Atlântico Sul cabe inserir uma outra variável: o papel do Brasil na região, tendo em vista a reorientação de sua diretriz de política externa e inserção internacional, incorporando a importância dos imperativos de segurança e defesa, bem como o conceito de entorno estratégico. Assim é que o início do século XXI inaugura um novo cenário regional para o Brasil, mais voltado para o espaço marítimo.

Sem embargo, mediante a revalorização da Geopolítica no Brasil e a reorientação da estratégia de inserção internacional do país – a qual passa a abarcar a concepção de Mahan (1984) acerca do mar como região estratégica e de projeção de poder – emerge um novo e importante conceito a balizar as aspirações brasileiras no cenário internacional: o de entorno estratégico, ou seja, as regiões onde o país pretende irradiar sua influência e liderança diplomática, econômica e militar, sendo o Atlântico Sul parte bastante relevante deste entorno (NEVES, 2015, p. 235):

É nesse contexto que o país demonstrou uma nova postura em relação ao Atlântico Sul, assumindo plenamente o fato da grande relevância que esta região representa aos interesses estratégicos brasileiros. Isto advém por conta dos seguintes aspectos: de ser uma reserva e uma fonte importante para recursos econômicos, por ser o seu principal meio de transporte e intercâmbio comercial e, por último, por ser um meio de projeção de influência e poder na África.

Para o Brasil, o alargamento de seu entorno regional corresponde a uma nova escala de interesses, oportunidades e influência para que possa, paulatinamente, se consolidar como uma potência regional que tem no domínio e na exploração de recursos marítimos uma das mais promissoras fontes de riqueza (COSTA, 2012).

Tomando-se em conjunto a PND/END (2020) e o Livro Branco de Defesa (2020), a menção ao Atlântico Sul aparece 36 (trinta e seis) vezes. Neste sentido, ao se analisar possíveis ações do governo brasileiro que tenham por base medidas dissuasórias em seu entorno estratégico, as preocupações com o espaço sulatlântico fazem parte das prioridades do país. Em adição, identifica Figueiredo et al (2020) que a estratégia brasileira no espaço sulatlântico tem como bases a dissuasão e a cooperação, visando a impedir conflitos ou prevenir ameaças causadas pela ação de potências extrarregionais na região, o que coloca a

expansão geopolítica chinesa como um grande desafio para as aspirações brasileiras no Atlântico Sul.

Neste caso, pode-se inferir que um cenário de instabilidade no Atlântico Sul seria amplamente prejudicial para o Brasil, não somente do ponto de vista econômico, mas também no que tange à segurança brasileira. Isto posto, a existência de atores extrarregionais no Atlântico Sul com interesses não necessariamente convergentes aos brasileiros enseja crescentes preocupações para o Brasil, sendo um fator de impacto na região, ótica na qual se insere a presença chinesa no espaço sulatlântico.

Assim, a PND (2020) reconhece a possibilidade de intensificação de disputas por áreas marítimas e que as demandas por desenvolvimento econômico e social por parte dos países podem vir a impactar as relações entre estes no Atlântico Sul, não negligenciando a possibilidade de ocorrência de conflitos com sérios desdobramentos para o Brasil, cabendo a este buscar a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação.

Importante registrar que no intuito de consolidar a posição do Brasil como um relevante ator regional, de forma a aumentar sua influência em seu entorno estratégico e minimizar prováveis interferências militares de atores extrarregionais, a END (2020) aponta ser mister o fortalecimento da ZOPACAS. Entretanto, ao se vislumbrar o rol de países africanos signatários da ZOPACAS – Angola, Namíbia, Nigéria, Senegal e São Tomé e Príncipe – pode-se constatar que estes possuem fortes ligações com a China, seja devido a empréstimos, obras de infraestrutura local, portos e inclusive bases militares, ou seja, são zonas de influência chinesa. Neste cenário, impõe-se ao Brasil sérios desafios (SANTOS, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se delinear um quadro no qual, tendo o Atlântico Sul como *locus*, os interesses geoeconômicos e geoestratégicos chineses direcionam a expansão do país rumo ao espaço sulatlântico, o que se coaduna com a política externa chinesa embasada em uma diplomacia energética que visa equacionar a insegurança energética do país.

Este cenário que emerge a partir do século XXI e que, ao longo das últimas duas décadas, vem contribuindo para uma reconfiguração do tabuleiro geopolítico no Atlântico Sul, tem no Brasil um de seus atores de relevância, haja visto a reorientação estratégica brasileira no período e que tem na revalorização da Geopolítica e na implementação do conceito de Entorno Estratégico as bases para uma valorização mais acentuada do espaço marítimo.

Cumprir registrar que o entendimento de que o Atlântico Sul passa a ser vislumbrado como uma fonte extremamente relevante de ativos estratégicos e como uma importante via de comunicação marítima e de intercâmbio comercial, além de rota para a Antártica, se mostra o elemento central a guiar o afluxo de atores extrarregionais no espaço.

Por outro lado, os países da costa africana – alguns dos quais membros da ZOPACAS – parecem cada vez mais gravitar em torno da órbita chinesa, que aí se insere mediante obras de infraestrutura conectiva (portuária especialmente), instalação de bases militares e empréstimos externos, estratégia embasada numa atuação externa chinesa mais proativa e na BRI e seus respectivos desdobramentos.

Assim, buscou-se analisar este novo cenário que emerge a partir do início do século XXI e que tem na expansão geopolítica chinesa no Atlântico Sul um fator dotado de inúmeras complexidades e desdobramentos, sobretudo para o Brasil e seus respectivos interesses no espaço sulatlântico.

Referências

- ABDENUR, A.; MARCONDES, D. China's Growing Influence in the South Atlantic. BRICS Policy Center – Working Paper. 2013.
- BAUMANN, R.; LIBANIO, G.; SANTOS, M. A.; LASCO, H. Research for Investment Cooperation Between Brazil and China. Technical Note. IPEA. April 2022. Disponível em [Technical Note - 2022 - April - Número 08 - Dinte - Research for investment cooperation between Brazil and China \(ipea.gov.br\)](#)
- BAYARDO, M. A. M.; DELGADO, D.L.; QUEIROZ, E. K. The Geopolitical Factor of Belt and Road Initiative in Latin America: The Cases of Brazil and Mexico. Latin American Journal of Trade Policy 5, 2019
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Política Nacional de Defesa / Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2020. Disponível em [pnd_end_congresso_1.pdf \(www.gov.br\)](#)
- BROZOSKI, F.; PADULA, R. A Geopolítica dos Mares Como Fator Estratégico Para A Integração na América do Sul. In: Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. Vol. 5, n. 10. Julho / Dezembro, 2016. Porto Alegre, 2016. Páginas 95 a 113.
- BUZAN, B.; WAEVER, O.; DE WILDE, J. Security: A New Framework of Analysis. Boulder and London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- COSTA, W. M. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. Revista USP. São Paulo. n. 95. p. 9-22. Set/Out/Nov. 2012
- COUTO, A. C. A Importância Estratégica do Atlântico Sul. Revista Nação e Defesa. Nº 132, 5ª Série, p. 238-246. Braga, 2012.
- DUARTE, P. As Incursões da China na América Latina e Atlântico Sul. In: Brazilian Journal of International Relations. v. 5, n. 1, p. 97-123, jan/abr. 2016
- FIGUEIREDO, E. L.; MARRONI, E.V.; MATEOS, J. C. R.; VIOLANTE, A. R.; VIVERO, J. L. S. O Atlantismo no Atlântico Sul. R. Esc. Guerra Nav., Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 143-197. janeiro/abril. 2020.
- GREEN FINANCE AND DEVELOPMENT CENTER (GFDC). The Belt and Road Initiative Green Development Coalition. 2021. Available in [Belt and Road Initiative International Green Development Coalition \(BRIGC\) – Green Finance & Development Center \(greenfdc.org\)](#)
- KLARE, M. T. Energy Security. In: WILLIAMS, P. *Security Studies: An Introduction*. London and New York: Routledge, 2008, p. 483-496.
- MAHAN, A. T. The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1805. Hong Kong: Prentice-Hall Inc., 1984
- NEVES, A. L. V. Atlântico Sul: projeção estratégica do Brasil para o século XXI. In GHERLLER, G. F.; GONZALES, S. L. M.; MELO, L. P. (Org.) *Amazônia Azul e Atlântico Sul. Desafios e perspectivas para a defesa do Brasil*. Brasília, 2015, p 233-262.
- PEREIRA, A. D. Concertação Político-Estratégica e Cooperação no Atlântico Sul: os casos da ZOPACAS e da Comissão do Golfo da Guiné. In: VISENTINI, P. F.; MIGON, E. G.; PEREIRA, A. D. (Orgs.). *A (in)Segurança da África e sua Importância para a Defesa do Brasil*. Porto Alegre. NERINT-UFRGS/LED/ECEME, 2016.

PODER 360. China investiu US\$ 34 bilhões na África na última década. Publicado em 4/12/2022. Disponível em <https://www.poder360.com.br/internacional/china-investiu-us-34-bilhoes-na-africa-na-ultima-decada/>

SANDOVAL, G.; SILVA, B. B. A. Estados Unidos, China e A Geopolítica do Petróleo no Atlântico Sul: uma análise sob a ótica dos complexos regionais de segurança. In: Revista da Escola Superior de Guerra, v. 32, n. 64, p. 49-88, jan./abr. 2017.

SANTOS, M. A. Segurança Marítima no Atlântico Sul: O Brasil e A Formação de Consensos no Âmbito da ZOPACAS. Anais Eletrônicos do XII ENABED: Os Estudos de Defesa e o Bicentenário da Independência do Brasil. Niterói, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em [XII Encontro Nacional da ABED \(XII ENABED\) - Anais eletrônicos \(abedef.org\)](#)

URREJOLA, L. C. F. Laços e Traçados da China no Brasil: Implantação de Infraestrutura Energética e A Componente Socioambiental. Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais. UNB. Brasília, 2018.

XING, L. The Expansion of China's Global Hegemonic Strategy: Implications for Latin America. JCIR Special Issue (2016).

Recebido em 23.10.2023.

Publicado em 29.12.2023.